

CEDI - P. I. B.
DATA 31 / 12 / 86
COD. J1000087

A questão indígena no fim de 1984: do sofrimento renasce a esperança

No fim de 1984, que coincide com o final do último governo que emergiu do golpe de 1964, O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) se dirige à opinião pública para fazer uma breve retrospectiva do que representou esse ano para os índios e para firmar alguns compromissos para 1985.

Para os índios, o problema crucial é a falta de terra. Neste ano o governo, através dos órgãos oficiais, pouco fez para encaminhar soluções neste campo. Somente oito áreas foram demarcadas, não ultrapassando a marca dos 14% de áreas indígenas regularizadas no País.

A impunidade para os assassinos de índios continuou neste ano. Os assassinos do líder Guarani Marçal de Souza continuam soltos e novas vítimas foram feitas. O índio Kiriri Zezito foi morto e atentados foram cometidos contra outros indígenas, como o Pataxó, também na Bahia, sem que acontecesse qualquer dissabor aos seus autores. Em qualquer lugar do País, nesse ano, os assassinos de índios continuaram tranqüilos e confiantes na impunidade que o Governo lhes garante.

A Funai conseguiu a façanha de, em um ano só, ter três presidentes. O dirigente atual é o sexto no governo Figueiredo e o nono desde a criação do órgão, em 1967. Ligada atualmente a um Ministério desenvolvimentista como o do Interior, a Funai não tem autonomia para cumprir sua principal função: demarcar as terras indígenas. Desde fevereiro de 1983, com a assinatura do decreto nº 88.118, essa decisão depende de um grupo de trabalho composto por defensores de interesses contrários aos dos índios. Em 1984, com a concretização desse "grupão", as reivindicações indígenas estagnaram quanto à questão da terra. O próprio presidente do órgão tutor, Nelson Marabuto, tem reconhecido publicamente o fracasso da política indigenista oficial, que considera um "blefe".

A corrida aos minérios em terras indígenas foi um dos grandes marcos da violência contra esses povos minoritários, em 1984. Em novembro de 1983, o presidente Figueiredo assinou o decreto nº 88.985, que abriu as reservas à exploração mineral. Graças à pressão dos índios e indigenistas, evitou-se a regulamentação do decreto. Mas isso não impediu a entrada desordenada de garimpeiros e empresas em muitas áreas. No território dos Yanomami, em Roraima, essas invasões de garimpeiros provocaram a morte de vários índios, sem falar em doenças e outras interferências negativas. A violenta reação dos índios Korubo, no Vale do Javari, no Amazonas, que, em 5 de setembro deste ano assassinaram um sertanista e um funcionário da Petrobrás, e os protestos de indigenistas, missionários e antropólogos não conseguiram barrar a penetração desordenada da estatal petrolífera em áreas indígenas, nem mesmo em terra de grupos arredios, que vivem sem contato com a sociedade nacional.

Os conflitos de terra se acirraram muito neste ano. No Sul da Bahia, os Pataxó Hã-Hã-Hãe estão sitiados por um exército de jagunços de invasores armados. As polícias do Estado da Bahia e Federal, a quem cabe o dever de desarmar os fazendeiros e jagunços e dar proteção à comunidade indígena, têm se mantido ora omissas e ora coniventes com a violência contra os índios. No norte do Estado, na terra dos Kiriri, a situação não é diferente.

Em Chapecó - SC, com o apoio de políticos e comerciantes locais e a conivência dos órgãos oficiais, os colonos invasores da área indígena do Chimbangue estão recorrendo às armas para garantir a permanência na terra dos Kaingang. Em outubro, tentaram contra a vida de agentes de pastoral do Cimi na região, acrescentando um ato no drama dos Kaingang.

Os grandes projetos de desenvolvimento econômico, como o Carajás, o Polonoroeste ou mesmo a Hidrelétrica de Tucuruí continuaram ignorando as comunidades indígenas e atendendo apenas aos interesses do capital estrangeiro. Os Parakanã, no Pará, tiveram 65 mil hectares de suas terras roubadas pela barragem de Tucuruí. Na região de influência do Polonoroeste, a BR 364 foi inaugurada neste ano. Mas, no discurso oficial não se falou por que dos 26 milhões de dólares destinados pelo Banco Mundial para atender às comunidades indígenas afetadas pelo projeto, somente seis milhões foram aplicados efetivamente com esta finalidade. Das 37 áreas indígenas afetadas pelo Polonoroeste, falta a homologação de 30 e a retirada de invasores de 17.

Movimentação indígena

Se os impasses e a violência aumentaram muito em 1984, também cresceu a reação dos povos indígenas. Alguns acontecimentos devem ser destacados, pois marcaram profundamente o movimento indígena neste ano. Em abril, realizou-se, em Brasília, uma assembléia que reuniu mais de 400 líderes de todo o País, para manifestar contra os desmandos da política indigenista oficial. Nesse encontro, a União das Nações Indígenas (UNI) saiu fortalecida e teve condições de fincar raízes em várias aldeias e regiões do Brasil. Paralelamente a isso, as lideranças do Parque do Xingu, cartão postal da política indigenista oficial, fecharam a estrada que atravessa o território dos 16 povos que vivem ali para exigir a demarcação de suas terras e a demissão do então presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima.

Cabe ainda destacar, no panorama geral da reação indígena, a ocupação de várias delegacias da Funai (Goiás, Maranhão, Acre e MT) e a realização de diversas assembléias e congressos indígenas regionais, como em Minas Gerais e Acre.

Ainda nesse ano, e pela primeira vez, índios conquistaram postos importantes na Funai. Em várias regiões, grupos indígenas organizados recuperaram terras usurpadas por fazendeiros, como os Krenak, de Minas Gerais, e os Kayowá, da Fazenda Paraguaçu, em Mato Grosso do Sul.

Sobre o futuro da causa indígena pesam os desacertos e as violências de um longo passado. Nem por isso, esse futuro é inviável. Dependerá da ação solidária de toda a sociedade civil para com os povos indígenas. Dependerá muito também da resistência popular a todas as tentativas de coopção daqueles que ontem abertamente perseguiram os povos indígenas e o povo brasileiro e que hoje se integram - aparentemente - aos novos ventos democráticos da política brasileira.

Perspectivas

O Conselho Indigenista Missionário/Cimi, nesta época de transição, propõe e se compromete a aumentar seu empenho para:

- Contribuir para o fortalecimento do movimento indígena e a organização desses povos e favorecer a sua participação nas decisões referentes à vida deles, a nível de aldeias, regiões e nível nacional.
- Exigir a demarcação das terras indígenas e a revogação do decreto 88.118, de 23/02/1983, que tira do órgão tutor a competência para esta demarcação, e do decreto 88.985, de 10/11/83, que abre as reservas indígenas à exploração mineral. Essas são as reivindicações mais urgentes ao novo governo que desponta.
- Reforçar as alianças com os setores populares, cujas lutas específicas contribuirão também para o fortalecimento da causa indígena, como, por exemplo, a luta pela reforma agrária, por sindicatos livres, pela suspensão de projetos de liquidação de matérias-primas, que provocaram a distribuição desigual dos benefícios e hipotecaram a vida das futuras gerações.

O Cimi confia que uma nação redemocratizada vai entender a tutela dos índios como assistência especial a grupos culturalmente diferentes da maioria da sociedade nacional, como está previsto no Estatuto do Índio. Somente um Brasil multiétnico corresponde à formação histórica do País e à sua realidade atual. A reconstrução nacional, a transformação do

regime autoritário e a reorientação do desenvolvimento excludente serão resultado da capacidade de somar as forças populares, resultado de um - novo pacto social, que não será trégua das vítimas do regime de 64, mas redefinição de objetivos políticos e estruturas sociais. Os povos indígenas com seus mártires, como Marçal de Souza e Ângelo Kretã, são uma - destas forças que fazem parte de um novo sujeito histórico que organiza - rá uma independência mais ampla, uma abolição mais radical, enfim, a - sua libertação integral que garantirá o futuro dos seus filhos.

Brasília, 19 de dezembro de 1984

Conselho Indigenista Missionário (Cimi)